

SEÇÃO II

Artigos de Política Agrícola

O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Carlos Eduardo Cruz Tavares⁽¹⁾

Alguns meses atrás, a imprensa divulgou que o Governo Federal havia definido, como meta para a agricultura, uma produção de 100 milhões de toneladas de grãos nos próximos 2 (dois) anos.

Pelo que tudo indica, com os elevados índices de desemprego nas cidades, este objetivo estava intimamente relacionado não só com aumento da oferta de alimentos, mas também com a capacidade de absorção da mão-de-obra pela zona rural, de forma a aumentar a geração de emprego e renda no campo.

Elevar a taxa de crescimento do setor , praticamente estacionada há alguns anos com a produção em torno de 80 milhões de toneladas, requer um esforço que vai depender do aumento da produtividade e/ou de agregação de novas áreas agrícolas ao sistema produtivo.

Observe-se que, nos últimos anos, a produtividade vem crescendo, demonstrando que existem investimentos significativos em tecnologias modernas que permitem melhor utilização da terra, principalmente onde atuam os latifundiários, médios produtores e proprietários rurais fornecedores de grandes empresas, fabricantes de produtos agroindustriais, localizados quase em sua totalidade nas Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil.

QUADRO I

RENDIMENTO DA ÁREA COLHIDA

ANO	ÁREA COLHIDA em 1000 ha	PRODUÇÃO em 1000 t	RENDIMENTO em Kg/ha
1994	39093,4	75991,1	1.944
1995	38471,7	81097,9	2.108
1996	37023,1	73511,9	1.986
1997	36574,1	78426,1	2.144
1998	34955,8	76524,1	2.189

Fonte: CONAB

Mesmo com a redução da área colhida, o Brasil consegue diminuir menos que proporcionalmente o nível de produção, baseado no desenvolvimento e nas modernas tecnologias incorporadas ao sistema produtivo, na forma de novos tipos de semente, fertilizante e mecanização da colheita, recursos estes disponíveis para aqueles produtores organizados, capitalizados, que detêm escala de produção e acesso a financiamento.

Contudo, essa situação não é observada na região nordestina, que representa menos de 10% da produção agrícola, sendo responsável pela redução da média da produtividade nacional dos principais produtos de consumo interno, em consequência da baixa utilização de tecnologia, dos problemas climáticos, das condições do solo e da falta de conhecimento organizacional.

QUADRO II

PRODUTIVIDADE POR PRODUTO NO BRASIL E NORDESTE

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MILHO	
	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE
1994	2399	1484	578	390	2344	820
1995	2637	1535	583	394	2623	832
1996	2603	1557	564	426	2355	885
1997	2730	1487	594	401	2588	830
1998	2604	1309	551	230	2651	789

Fonte: CONAB

Assim, a elevação da produtividade e o avanço para novas áreas de fronteira agrícola vêm permitindo algum incremento da produção, aumentando a disponibilidade de estoques de grãos no complexo regional centro-sul do país.

Paradoxalmente, regiões pobres como a Nordeste, onde a oferta não é suficiente para atender ao consumo, vêm importando dos mercados doméstico e internacional a matéria-prima necessária para o seu consumo interno e para o desenvolvimento de sua agroindústria.

Chegam a essa região mais de 3 milhões de toneladas de grãos transportadas, principalmente, pelas rodovias brasileiras, ou originárias do mercado externo e desembarcadas nos ineficientes portos nordestinos.

A baixa produção rural do Nordeste impede que se viabilizem a manutenção e a regularidade do abastecimento, mediante a adequada distribuição espacial dos estoques governamentais e da iniciativa privada, tornando os preços mais elevados, se comparados com os da regiões mais desenvolvidas.

Quadro III

PREÇOS NOMINAIS NO MERCADO ATACADISTA

EM R\$

Produto	MILHO		ARROZ	
	CEARÁ	PARANÁ	CEARÁ	SÃO PAULO
Jun/96	14,71	8,90	26,00	11,70
Jun/97	13,90	7,09	24,50	13,93
Jun/98	12,00	7,85	27,00	17,51
Jun/99	12,00	9,08	22,50	15,17

Obs. Milho: saco de 60 Kg Arroz: fardo de 30 Kg longo

Fonte: CONAB e SIMA

Há uma contradição, pois, na região onde há grande contingente de famílias pobres, necessitando de programas de combate à fome, existe uma escassez de produção e, conseqüentemente, impossibilidade de se incrementar a formação de estoques tão importantes para o atendimento social e o impulso para o crescimento sustentável regional.

Por outro lado, em regiões mais desenvolvidas, onde há excedente de produção, consegue-se constituir estoques de alimentos, que passam a ser de fundamental importância para, em determinados períodos, ser transferidos para o abastecimento do Nordeste.

QUADRO IV

ESTOQUES DO GOVERNO DO PRODUTO MILHO

em t

REGIÃO	1996	1997	1998	Total
Norte	100			100
Nordeste	4.460	6.442		10.902
Sudeste	4.558	202.853		207.411
Sul	7.636	381.495		389.131
C. Oeste	70.648	1.436.890	109.170	1.616.708
Total Geral	87.402	2.027.680	109.170	2.224.252

Fonte : CONAB - Posição de julho de 1998

O custo de uma operação de remoção de milho, por exemplo, do Estado de Goiás para Fortaleza/CE, chega a alcançar o valor de R\$ 90,00 por tonelada. Somado ao custo do produto, adquirido na origem (R\$ 90,00 a tonelada), chega ao destino a um preço não inferior a R\$ 10,80 o saco de 60 Kg.

Depreende-se, portanto, que a região menos desenvolvida e com maior contingente de famílias carentes paga mais caro pelo produto do que as regiões onde a produção excede, em muito, o consumo, principalmente em razão de incentivos governamentais à expansão das fronteiras agrícolas, pela destinação de recursos do sistema nacional de crédito rural e pela disponibilidade de produtores capitalizados.

Ressalte-se ainda o fato da economia nordestina encontrar-se atualmente em situação delicada, principalmente com a produção agrícola comprometida, em face do elevado período de estiagem, que ainda assola a infra-estrutura básica de algumas capitais de estados da região.

A política agrícola não tem criado incentivos ao desenvolvimento da região, como

pode ser observado, comparando-se os preços mínimos oferecidos aos produtores nordestinos e aqueles disponíveis e praticados para os produtores do Sul do país, onde os custos de produção são inferiores, os produtores são organizados e existem culturas de exportação, com tecnologia, solo e clima favoráveis.

Com os atuais preços mínimos, instrumento ainda considerado como a melhor forma de incentivar o crescimento da produção rural, principalmente por ser do conhecimento dos produtores rurais, nenhum colono, com algum recurso, disposição e tecnologia vai se interessar em adquirir um pedaço de terra e levar a sua contribuição ao Nordeste.

QUADRO V

PREÇO MÍNIMO PARA AS REGIÕES SUL E NORDESTE

Saco 60 Kg

ANO	1996		1997		1998	
	Sul	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul	Nordeste
Arroz	8,85	8,85	9,3	9,3	9,3	9,3
Milho	6,00	6,96	6,7	6,96	6,7	6,96
Soja	8,14	7,73	8,88	8,43	9,5	9,00

Fonte: CONAB - Indicadores Agropecuários

Concomitantemente, os Empréstimos do Governo Federal _ EGF/COV não são realizados desde 1995 e os recursos destinados e disponibilizados para as Aquisições do Governo Federal, objetivando a compra da produção ao produtor rural, vêm sendo pouquíssimo direcionado à formação de estoques na região.

A racionalização do processo de crescimento da produção agrícola, que inclui a

reestruturação fundiária, hoje altamente concentradora, pode resolver um segundo problema, representado pelo êxodo rural, uma vez que impede que o mesmo se acentue, com o deslocamento de famílias para centros urbanos na busca de trabalho que supra sua principal necessidade básica, a de alimentar-se.

QUADRO VI

AQUISIÇÕES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL

em t

Ano	Brasil (A)	Nordeste (B)	B/A
1994	4.289.177	7.453	0,17
1995	2.843.900	17.210	0,61
1996	1.039.211	6.255	0,60
1997	4.739.739	16.738	0,35
1998	1.408.525	6.220	0,44
Total Geral	14.320.552	53.876	0,38

Fonte: CONAB

Conforme o Anuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 46% dos brasileiros, que trabalham na agricultura, residem na Região Nordeste. Da mesma forma, aproximadamente 45% da população nordestina, com idade para trabalhar, depende diretamente desse setor da economia, principal gerador de emprego e renda para a região.

O incentivo ao crescimento da quantidade de grãos produzida no Nordeste aliado ao desenvolvimento de pesquisas de melhoria do produto e da produtividade, poderiam criar oferta de trabalho no campo e nas pequenas agroindústrias, colaborando para a

redução do nível de miséria em que se encontra aquela região, consequência da falta de renda das famílias residentes nas pequenas vilas e cidades.

QUADRO VII

RAMOS DE ATIVIDADES DO TRABALHO PRINCIPAL NO BRASIL E NORDESTE

em 1000 pessoas

Atividade	BRASIL (A)	NORDESTE (B)	B/A
Agrícola	18.154	8.499	46,8
Prest. Serviços	13.306	3.120	23,4
Comércio	9.117	2.399	26,3
Indústria	8.548	1.323	15,5
Social	6.044	1.530	25,3
Construção	4.229	947	22,4
Adm. Pública	3.210	867	27,0
Outros	7.021	1.285	18,3
Total Geral	69.629	19.970	28,7

Fonte : IBGE

Elevação no preço mínimo, desenvolvimento de sementes resistentes aos períodos de seca, identificação de regiões propícias à plantação de algodão e milho, principais matérias-primas destinadas à indústria têxtil e à avicultura/suínocultura, respectivamente, são algumas das ações que devem incentivar o incremento da produção.

Estudos a respeito dos aspectos climáticos e períodos de chuvas, o seguro agrícola, a difusão de tecnologia por meio da extensão rural e aquela relacionada ao conhecimento organizacional (relativa a gerir o negócio e/ou associar-se) criariam condições de apoio e suporte técnico aos proprietários rurais e à sustentabilidade de renda para ruralistas.

Segundo Lício, " no nordeste semi-árido avaliou-se a existência de um milhão de hectares para a produção de frutas irrigadas com as melhores condições do mundo para essa atividade, imbatível em termos de geração de emprego e renda..."(2).

Recentemente, o Grupo de Trabalho Interministerial da Agricultura e do Transporte divulgou trabalho(3) a respeito da realidade e das perspectivas da produção de lavouras, onde pode-se identificar a disponibilidade de áreas potenciais para a produção de soja nas seguintes regiões: oeste da Bahia (3,8 milhões de ha), sul do Maranhão e do Piauí (1,5 milhão e 1,4 milhão de ha respectivamente).

Esforços deverão ser realizados para a criação de mecanismos de incentivo à comercialização de culturas regionalizadas, tais como: juta/malva, mamona em bagas, sisal, carnaúba, castanha, manga e caju, que poderão servir de matéria-prima para as agroindústrias brasileiras, ou destinadas ao mercado internacional.

Países, como Israel, conseguiram desenvolver tecnologia biológica e organizacional, além de técnicas de plantio e de maior aproveitamento racional do solo em terras piores do que aquelas observadas no Nordeste brasileiro, sendo, portanto, um exemplo para aqueles que desacreditam na capacidade de produzir dessa região.

Combater a pobreza no Nordeste deve ser entendido como uma guerra contra a miséria, a fome e os problemas de violência urbana existentes no país. É uma obrigação do Estado oferecer condições ao desenvolvimento sustentável regional, de maneira a criar oportunidades para o indivíduo poder trabalhar e, se possível, viver em

sua região natal, sem a necessidade de migrar para pólos de crescimento.

(1) Economista do Núcleo de Informações e Análise Estratégica da CONAB.

(2) LÍCIO, Antonio. Agricultura: origem e solução do desemprego no Brasil. Revista de Política Agrícola. Brasília, ano VI - nº 3, p. 35.

(3) Relatório do Grupo Interministerial criado pela Portaria nº 609, de 17 de dezembro de 1998 - Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Ministério dos Transportes.

Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 04 - Out - Nov - Dez 1999